



# Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e relatório do auditor independente

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>4</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>

---

***Pirapora***  
***Solar Holding S.A.***  
***Demonstrações financeiras***  
***individuais e consolidadas em***  
***31 de dezembro de 2024***  
***e relatório do auditor independente***



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Diretores e Acionistas  
Pirapora Solar Holding S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Pirapora Solar Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

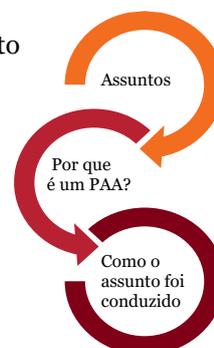
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Pirapora Solar Holding S.A.

---

## Porque é um PAA

### Reconhecimento de receita (Notas 2.6(b), 3.14 e 17)

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada, a cada ano e quadriênio contratual, para a apuração de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia. Esse mecanismo pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Desta forma, a receita é mensurada considerando um julgamento crítico da diretoria relativo ao atingimento de geração de energia mínima contratual no tempo estipulado em cada contrato.

Em decorrência do julgamento crítico da diretoria na mensuração da receita em relação ao atingimento de geração de energia mínima contratual estipulado em cada contrato, consideramos essa área relevante para nossa auditoria.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta de auditoria, nossa abordagem incluiu os seguintes principais procedimentos: (i) o entendimento dos controles relevantes implementados pela Companhia para obtenção dos de geração de energia bem como apuração das diferenças entre energia gerada e contratada; (ii) leitura dos termos contratuais que determinam as quantidades firmadas com os clientes; (iii) recálculo da receita considerando os termos contratuais negociados e os volumes gerados; (iv) inspeção, em base amostral, da documentação suporte da energia gerada e entregue, comparando-a com a receita reconhecida contabilmente; e (v) leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para o reconhecimento da receita são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

---

## Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Pirapora Solar Holding S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Pirapora Solar Holding S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5



Patricio Marques Roche  
Contador CRC 1RJ081115/O-4

**Pirapora Solar Holding S.A.***Balço patrimonial**em 31 de dezembro**(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Ativos</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	89.457	32.889	454.914	202.520
Títulos e valores mobiliários	5	14.459.979	41.452.708	183.326.198	176.749.440
Contas a receber	6	-	-	14.675.502	20.537.406
Contas a receber de partes relacionadas	23.1	247	247	39.687	196.198
Tributos a recuperar	7	60.099	-	3.866.843	2.235.277
Adiantamentos a fornecedores		4.333	5.832	83.064	385.707
Despesas antecipadas		-	1.051	-	240.947
Dividendos a receber	23.3	28.913.704	28.094.871	-	-
		<b>43.527.819</b>	<b>69.587.598</b>	<b>202.446.208</b>	<b>200.547.495</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos a recuperar	7	2.204.899	1.563.528	2.204.899	1.563.528
Investimentos	8	366.097.842	358.894.896	-	-
Imobilizado	9	-	1.768	652.976.454	682.868.897
Intangíveis	10	26.301.553	27.303.516	26.301.553	27.304.306
Direito de uso	11.1	-	-	14.055.541	14.669.616
		<b>394.604.294</b>	<b>387.763.708</b>	<b>695.538.447</b>	<b>726.406.347</b>
<b>Total de ativos</b>		<b>438.132.113</b>	<b>457.351.306</b>	<b>897.984.655</b>	<b>926.953.842</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Contas a pagar	13	13.441	55.836	10.706.578	4.653.868
Tributos a recolher	12	5.814	73.101	1.322.280	2.764.392
Contas a pagar a partes relacionadas	23.2	300.000	-	2.132.879	626.144
Adiantamentos de clientes		-	301.270	-	1.270
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	24.893.379	23.355.144
Debêntures a pagar	15	21.070.514	19.431.118	21.070.514	19.431.118
Impostos a recolher		-	-	1.569.065	1.785.246
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	1.895.436	1.892.285
Dividendos a pagar	23.4	5.388.558	10.007.976	5.388.558	10.007.976
		<b>26.778.327</b>	<b>29.869.301</b>	<b>68.978.689</b>	<b>64.517.443</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	401.668.609	420.448.416
Debêntures a pagar	15	212.648.326	216.052.723	212.648.326	216.052.723
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	13.524.414	13.873.389
Impostos diferidos		-	-	452.005	632.589
Passivo para descomissionamento		-	-	2.007.151	-
		<b>212.648.326</b>	<b>216.052.723</b>	<b>630.300.505</b>	<b>651.007.117</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	16.1	178.892.467	178.892.467	178.892.467	178.892.467
Reserva legal	16.2	3.647.321	2.512.888	3.647.322	2.512.888
Dividendos adicionais propostos	16.4	16.165.672	30.023.927	16.165.672	30.023.927
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>198.705.460</b>	<b>211.429.282</b>	<b>198.705.461</b>	<b>211.429.282</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>438.132.113</b>	<b>457.351.306</b>	<b>897.984.655</b>	<b>926.953.842</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pirapora Solar Holding S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
 dos exercícios encerrados em 31 de dezembro  
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Receitas e custos operacionais</b>					
Receita líquida de vendas	17	-	-	152.318.711	163.119.472
Custos das vendas	18	-	-	(55.444.963)	(50.741.733)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>96.873.748</b>	<b>112.377.739</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(1.414.733)	(1.357.681)	(4.162.855)	(3.432.536)
Equivalência patrimonial	8	51.868.770	68.853.130	-	-
Outras receitas e despesas		59.237	(16.822)	282.407	4.444.662
<b>Lucro operacional</b>		<b>50.513.274</b>	<b>67.478.627</b>	<b>92.993.300</b>	<b>113.389.865</b>
Despesas financeiras	21	(31.044.120)	(30.649.226)	(77.202.924)	(78.748.590)
Receitas financeiras	21	3.219.509	5.309.444	16.785.281	16.389.339
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(27.824.611)</b>	<b>(25.339.782)</b>	<b>(60.417.643)</b>	<b>(62.359.251)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>22.688.663</b>	<b>42.138.845</b>	<b>32.575.657</b>	<b>51.030.614</b>
Imposto renda e contribuição social corrente	22	-	-	(10.067.577)	(8.902.421)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	180.583	10.652
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>22.688.663</b>	<b>42.138.845</b>	<b>22.688.663</b>	<b>42.138.845</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pirapora Solar Holding S.A.**  
*Demonstração do resultado abrangente  
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	22.688.663	42.138.845	22.688.663	42.138.845
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>22.688.663</b>	<b>42.138.845</b>	<b>22.688.663</b>	<b>42.138.845</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pirapora Solar Holding S.A.**

*Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2023</b>		<b>178.892.467</b>	<b>405.946</b>	<b>5.784.733</b>	-	<b>185.083.146</b>
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	16.3	-	-	(5.784.733)	-	(5.784.733)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	42.138.845	42.138.845
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>						
Reserva legal	16.2	-	2.106.942	-	(2.106.942)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(10.007.976)	(10.007.976)
Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	30.023.927	(30.023.927)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>178.892.467</b>	<b>2.512.888</b>	<b>30.023.927</b>	-	<b>211.429.282</b>
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	16.3	-	-	(30.023.927)	-	(30.023.927)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	22.688.663	22.688.663
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>						
Reserva legal	16.2	-	1.134.433	-	(1.134.433)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(5.388.558)	(5.388.558)
Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	16.165.672	(16.165.672)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>178.892.467</b>	<b>3.647.321</b>	<b>16.165.672</b>	-	<b>198.705.461</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Pirapora Solar Holding S.A.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício		22.688.663	42.138.845	22.688.663	42.138.845
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	18	1.001.964	1.001.965	38.397.231	37.909.836
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	21	30.755.557	26.245.285	75.977.737	73.759.639
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	21	(3.219.509)	(5.309.437)	(16.778.812)	(16.386.709)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	-	(180.583)	(10.652)
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	-	-	10.067.577	8.902.421
Resultado de equivalência patrimonial	8	(51.868.770)	(68.853.130)	-	-
Outros		-	-	-	(10.998)
		<b>(642.095)</b>	<b>(4.776.472)</b>	<b>130.171.813</b>	<b>146.302.382</b>
<b>Variações dos ativos e passivos operacionais</b>					
Contas a receber de clientes	6	-	-	5.861.905	(8.474.137)
Contas a receber de partes relacionadas	23.1	-	(247)	156.510	(152.853)
Adiantamentos a fornecedores		1.500	(4.331)	302.645	(105.020)
Despesas antecipadas		1.051	(1.051)	240.946	(7.182)
Tributos a recuperar	7	(701.470)	(788.378)	(2.272.937)	(964.829)
Tributos a recolher	12	(67.287)	51.832	(1.442.112)	1.675.634
Contas a pagar	13	(42.394)	12.839	5.479.792	2.815.848
Contas a pagar a partes relacionadas	23.2	300.000	-	1.506.734	415.853
Adiantamento de clientes		(301.270)	-	(1.270)	-
Outros passivos		-	-	-	(151.051)
		<b>(809.870)</b>	<b>(729.336)</b>	<b>9.832.213</b>	<b>(4.947.737)</b>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(10.283.757)	(8.574.704)
<b>Caixa líquido aplicado (gerado pelas) nas atividades operacionais</b>		<b>(1.451.965)</b>	<b>(5.505.808)</b>	<b>129.720.269</b>	<b>132.779.941</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	1.768	(1.768)	(4.224.284)	(4.901.217)
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		30.212.237	6.895.125	10.202.054	(50.172.119)
Redução de capital nas investidas	8	32.346.990	30.733.140	-	-
Dividendos recebidos		11.500.000	1.664.304	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<b>74.060.995</b>	<b>39.290.801</b>	<b>5.977.770</b>	<b>(55.073.336)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Pagamento de empréstimos - principal	14	-	-	(21.777.285)	(19.800.187)
Pagamento de empréstimos - juros	14	-	-	(38.988.486)	(40.508.757)
Pagamento de debêntures	15	(10.775.506)	(9.680.000)	(10.775.506)	(9.680.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	15	(17.738.053)	(16.910.751)	(17.738.053)	(16.910.751)
Dividendos pagos	16.3	(40.031.903)	(7.712.977)	(40.031.903)	(7.712.977)
Custos com debêntures		(4.007.000)	-	(4.007.000)	-
Pagamento de passivo de arrendamento	11.2	-	-	(2.127.412)	(2.194.019)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(72.552.462)</b>	<b>(34.303.728)</b>	<b>(135.445.645)</b>	<b>(96.806.691)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>56.568</b>	<b>(518.735)</b>	<b>252.394</b>	<b>(19.100.086)</b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>					
No início do exercício		32.889	551.624	202.520	19.302.606
No final do exercício		89.457	32.889	454.914	202.520
		<b>56.568</b>	<b>(518.735)</b>	<b>252.394</b>	<b>(19.100.086)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Pirapora Solar Holding S.A.**

*Demonstração dos fluxos de caixa*  
*dos exercícios encerrados em 31 de dezembro*  
*(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Aquisição de imobilizado	-	-	572.918	1.854.720
Adição do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	83.607	2.491.141
Passivo para descomissionamento	-	-	2.007.151	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Pirapora Solar Holding S.A ("Pirapora Holding" ou "Companhia") é uma Companhia anônima, constituída em 21 de junho de 2016, que se rege pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso no 52, 18º andar (parte), Centro. A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras companhias.

A Companhia tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar a geração de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica, no projeto Pirapora Fase I, sendo Pirapora V Energias Renováveis S.A. ("Pirapora V"), Pirapora VI Energias Renováveis S.A. ("Pirapora VI"), Pirapora VII Energias Renováveis S.A. ("Pirapora VII"), Pirapora IX Energias Renováveis S.A. ("Pirapora IX") e Pirapora X Energias Renováveis S.A. ("Pirapora X") (em conjunto, "Grupo"), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão LER de 28 de agosto de 2015, 1º LER da ANEEL, edital nº 08/2015.

Em 07 de dezembro de 2018, a Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Ômega Geração S.A.) adquiriu 50% das ações da Companhia, sendo 30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 20 % da participação da Canadian Solar Uk Projects Limited. A partir desta data, a Serena Energia S.A. passou a deter o controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

### 1.1 Estrutura e autorizações para o projeto

A primeira fase do projeto de geração de energia fotovoltaica, denominada Pirapora, está localizada no município de Pirapora – MG, e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de reserva (LER), realizado pela ANEEL em agosto de 2015, conforme estabelecido na portaria MME nº 69 de 13 de março de 2015.

Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 42 MW ao preço médio de R\$ 298,58/MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas cinco entidades (suas controladas) que, juntas, possuem capacidade total instalada de 150 MW ofertada nesse mesmo leilão.

As suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares:

<u>Empresas constituídas</u>	<u>Assinatura da outorga</u>	<u>Capacidade</u>
Pirapora V Energias Renováveis S.A.	1º de março de 2016	30 MW
Pirapora VI Energias Renováveis S.A.	1º de março de 2016	30 MW
Pirapora VII Energias Renováveis S.A.	2 de março de 2016	30 MW
Pirapora IX Energias Renováveis S.A.	2 de março de 2016	30 MW
Pirapora X Energias Renováveis S.A.	2 de março de 2016	30 MW
		<b>150 MW</b>

As suas controladas entraram em operação comercial ao longo do segundo semestre de 2017, conforme evidenciado abaixo:

- Pirapora V: a partir do dia 19 de outubro de 2017, conforme despacho nº 3.510, de 18 de outubro de 2017

- Pirapora VI: a partir do dia 06 de outubro de 2017, conforme despacho nº 3.395, de 05 de outubro de 2017
- Pirapora VII: a partir do dia 26 de setembro de 2017, conforme despacho nº 3.171, de 25 de setembro de 2017
- Pirapora IX: a partir do dia 26 de setembro de 2017, conforme despacho nº 3.172, de 25 de setembro de 2017
- Pirapora X: a partir do dia 26 de setembro de 2017, conforme despacho nº 3.173, de 25 de setembro de 2017

A contabilização da energia produzida pelas controladas ocorre de forma mensal. De acordo com o Power Purchase Agreement - PPA, a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- Planta fotovoltaica composta por cinco subparques de 30 MW cada;
- Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- Subestação Coletora Pirapora I 34,5/138 kV;
- Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora I à Subestação Pirapora 2;
- Bay de Conexão na Subestação Pirapora 2 em 138/345/500kV.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 24.

### 2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, adiantamento a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no

nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 24.

## 2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

### (a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Controladas	Atividade	% Participação
		2024 e 2023
Pirapora V Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%
Pirapora VI Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%
Pirapora VII Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%
Pirapora IX Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%
Pirapora X Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%

### (b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que

não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

## 2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

<b>Estimativa</b>	<b>Nota Explicativa</b>
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(a)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(b)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(c)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8

### (a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 22).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
- Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

#### (b) Provisão para receita extra/ressarcimento

Os contratos das controladas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

**Geração excedente:** Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

**Geração deficitária:** Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência

conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

## 2.7 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

## 3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

#### (a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### *i. Ativos financeiros ao custo amortizado*

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas, e caixas e equivalentes de caixa.

#### *ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial

pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

### **iii. Desreconhecimento**

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## **(b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas, adiantamentos de clientes e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

## **3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

## **3.3 Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

## **3.4 Contas a receber**

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a

clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

### **3.5 Investimento em controladas**

O investimento em controladas (Ventos de São Januário 3, Ventos de São Januário 5, Ventos de São Januário 6, Ventos de São Januário 10 e Ventos de São Januário 11) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

### **3.6 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

### **3.7 Ativo intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **(a) Gastos com projetos fotovoltaicos**

Os gastos com desenvolvimentos de projetos fotovoltaicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos fotovoltaicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

**(b) Software**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

**3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)**

**(a) Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A Companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

**(b) Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

### 3.9 Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

#### (a) Debêntures

Em 15 de agosto de 2018 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

### 3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### (a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A Companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela Companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

### 3.11 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

### 3.12 Passivo para descomissionamento

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

### 3.13 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.14 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

#### Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a

partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

**(a) Receita de geração de energia**

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

**(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)**

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

### **3.15 Tributos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

**(a) Lucro presumido**

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

**(b) Lucro real**

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

**(c) Tributos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

**(d) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

**3.16 Arrendamento**

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

**(a) Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

**(b) Passivo de arrendamento**

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas

avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

**(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

**3.17 Questões climáticas**

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2024, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

**3.18 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

**(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez**

A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos;
- CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e
- CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 21 - Falta de conversibilidade: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
  - ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
  - iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
  - iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).
  - v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘own use’;

- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:

emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos	89.457	32.889	454.914	202.520
<b>Total</b>	<b>89.457</b>	<b>32.889</b>	<b>454.914</b>	<b>202.520</b>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 24.

#### 5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	14.459.979	41.452.708	183.326.198	176.749.440
	<b>14.459.979</b>	<b>41.452.708</b>	<b>183.326.198</b>	<b>176.749.440</b>

- (i) Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2024, sobre o DI CETIP (“CDI”) de 99% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras (ver Nota 3.1).

#### 6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de energia	14.675.502	20.537.406
	<b>14.675.502</b>	<b>20.537.406</b>

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser

recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

## 7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>				
IRPJ	-	-	820.751	534.820
CSLL	-	-	98.879	3.257
PIS	5.788	-	306.189	111.312
COFINS	51.400	-	1.354.624	441.423
IRRF	395	-	1.120.244	1.143.979
Outros	2.516	-	166.156	486
	<b>60.099</b>	<b>-</b>	<b>3.866.843</b>	<b>2.235.277</b>
<b>Não Circulante</b>				
IRPJ	678.543	37.171	678.543	37.171
PIS	1.405	1.405	1.405	1.405
COFINS	8.645	8.645	8.645	8.645
IRRF	1.516.306	1.516.307	1.516.306	1.516.307
	<b>2.204.899</b>	<b>1.563.528</b>	<b>2.204.899</b>	<b>1.563.528</b>
<b>Total</b>	<b>2.264.998</b>	<b>1.563.528</b>	<b>6.071.742</b>	<b>3.798.805</b>

- (ii) Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**Pirapora Solar Holding S.A.**  
*Notas explicativas às demonstrações financeiras*  
 Em 31 de dezembro de 2024  
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



## 8 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a)).

	2024				
	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X
Ativo circulante	36.976.452	36.521.530	38.155.106	38.105.095	38.378.820
Ativo não circulante	134.853.880	133.871.228	132.724.351	134.926.975	130.665.561
Passivo circulante	14.137.631	14.153.522	14.007.578	14.582.735	14.537.509
Passivo não circulante	83.671.116	83.466.113	83.172.185	83.474.675	83.868.089
Patrimônio líquido	63.547.825	62.676.453	62.637.649	64.610.925	60.756.222
Lucro do exercício	10.473.759	10.096.669	11.062.045	10.363.734	9.872.562
	2023				
	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X
Ativo circulante	30.785.523	30.803.437	32.292.987	32.151.001	35.405.056
Ativo não circulante	141.042.181	139.907.765	138.790.963	141.126.071	136.670.558
Passivo circulante	12.346.953	12.198.623	12.669.281	12.776.523	15.134.870
Passivo não circulante	86.976.012	86.968.769	86.680.385	86.958.840	87.370.389
Patrimônio líquido	59.155.772	58.137.758	58.252.334	58.946.525	55.549.378
Lucro do exercício	13.348.967	13.406.052	13.481.950	14.595.184	14.020.977

**Pirapora Solar Holding S.A.**  
*Notas explicativas às demonstrações financeiras*  
 Em 31 de dezembro de 2024  
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Abaixo, apresentamos a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<b>Pirapora V</b>	<b>Pirapora VI</b>	<b>Pirapora VII</b>	<b>Pirapora IX</b>	<b>Pirapora X</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>72.504.738</b>	<b>71.543.810</b>	<b>71.734.283</b>	<b>73.541.710</b>	<b>69.570.354</b>	<b>358.894.895</b>
Redução de capital	(6.469.398)	(6.469.398)	(6.469.398)	(6.469.398)	(6.469.398)	(32.346.990)
Equivalência patrimonial	10.473.759	10.096.669	11.062.045	10.363.734	9.872.562	51.868.770
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.487.518)	(2.397.959)	(2.627.236)	(2.461.387)	(2.344.734)	(12.318.834)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>74.021.581</b>	<b>72.773.122</b>	<b>73.699.694</b>	<b>74.974.659</b>	<b>70.628.784</b>	<b>366.097.840</b>
	<b>Pirapora V</b>	<b>Pirapora VI</b>	<b>Pirapora VII</b>	<b>Pirapora IX</b>	<b>Pirapora X</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>68.472.779</b>	<b>67.468.323</b>	<b>67.600.924</b>	<b>68.559.510</b>	<b>65.025.987</b>	<b>337.127.523</b>
Redução de capital	(6.146.628)	(6.146.628)	(6.146.628)	(6.146.628)	(6.146.628)	(30.733.140)
Equivalência patrimonial	13.348.967	13.406.052	13.481.950	14.595.184	14.020.977	68.853.130
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.170.380)	(3.183.937)	(3.201.963)	(3.466.356)	(3.329.982)	(16.352.618)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>72.504.738</b>	<b>71.543.810</b>	<b>71.734.283</b>	<b>73.541.710</b>	<b>69.570.354</b>	<b>358.894.895</b>

**Pirapora Solar Holding S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
 Em 31 de dezembro de 2024  
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



## 9 Imobilizado

<b>Consolidado</b>						
<b>2024</b>						
<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência</b>	<b>Reversão</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>
Móveis e utensílios	7.152	-	-	-	(1.951)	5.201
Painéis Solares Fotovoltaicos	680.815.548	6.022.261	2.046.197	(1.224.268)	(36.695.636)	650.964.102
Adiantamento para aquisição de ativos	2.046.197	-	(2.046.197)	-	-	-
Passivo para descomissionamento	-	2.007.151	-	-	-	2.007.151
<b>Total</b>	<b>682.868.897</b>	<b>8.029.412</b>	<b>-</b>	<b>(1.224.268)</b>	<b>(36.697.587)</b>	<b>652.976.454</b>
Custo	904.105.639					910.910.783
Depreciação acumulada	(221.236.742)					(257.934.329)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>682.868.897</b>					<b>652.976.454</b>
<b>Consolidado</b>						
<b>2023</b>						
<b>Taxa de depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Adição</b>	<b>Transferência</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	
Móveis e utensílios	9.102	-	-	(1.950)	7.152	
Painéis Solares Fotovoltaicos	711.716.104	5.343.741	-	(36.244.297)	680.815.548	
Adiantamento para aquisição de ativos	634.001	1.412.196	-	-	2.046.197	
<b>Total</b>	<b>712.359.207</b>	<b>6.755.937</b>	<b>-</b>	<b>(36.246.247)</b>	<b>682.868.897</b>	
Custo	897.349.702				904.105.639	
Depreciação acumulada	(184.990.495)				(221.236.742)	
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>712.359.207</b>				<b>682.868.897</b>	

Atualmente, os ativos da Companhia que estão classificados como painéis solares fotovoltaicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 14). A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização.

## 10 Intangível

Consolidado					
2024					
Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2023	Reversão	Amortização	Saldo em 31/12/2024	
Software	-	791	(791)	-	
<b>Licenças (i)</b>					
Pirapora V	2,86% a.a.	5.460.703	-	(200.393)	5.260.310
Pirapora VI	2,86% a.a.	5.460.703	-	(200.393)	5.260.310
Pirapora VII	2,86% a.a.	5.460.703	-	(200.393)	5.260.310
Pirapora IX	2,86% a.a.	5.460.703	-	(200.393)	5.260.310
Pirapora X	2,86% a.a.	5.460.703	-	(200.393)	5.260.310
<b>Total</b>		<b>27.304.306</b>	<b>(791)</b>	<b>(1.001.962)</b>	<b>26.301.553</b>
Custo		35.069.530			35.068.739
Amortização acumulada		(7.765.224)			(8.767.186)
<b>Intangível líquido</b>		<b>27.304.306</b>			<b>26.301.553</b>

Consolidado					
2023					
Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2023	
Software	-	791	-	-	791
<b>Licenças (i)</b>					
Pirapora V	2,86% a.a.	5.661.096	-	(200.393)	5.460.703
Pirapora VI	2,86% a.a.	5.661.096	-	(200.393)	5.460.703
Pirapora VII	2,86% a.a.	5.661.096	-	(200.393)	5.460.703
Pirapora IX	2,86% a.a.	5.661.096	-	(200.393)	5.460.703
Pirapora X	2,86% a.a.	5.661.096	-	(200.393)	5.460.703
<b>Total</b>		<b>28.306.271</b>	<b>-</b>	<b>(1.001.965)</b>	<b>27.304.306</b>
Custo		35.069.530			35.069.530
Amortização acumulada		(6.763.259)			(7.765.224)
<b>Intangível líquido</b>		<b>28.306.271</b>			<b>27.304.306</b>

- (i) Refere-se a aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelos órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por companhia independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Companhia.

A Companhia não identificou redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, vide nota 3.8.

## 11 Direito de uso e passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 11,31% e 10,39% a.a., obtidas com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor, ou despesas com pagamentos variáveis não incluídos na mensuração de passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso, referem-se a contratos firmados com proprietários de terrenos, por onde passam as instalações dos parques fotovoltaicos, e tem duração mínima de 360 meses.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui 02 contratos de arrendamento reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

### 11.1 Direito de uso

Direito de uso de arrendamentos	Consolidado			
	2024			
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	14.669.616	83.607	(697.682)	14.055.541
	<b>14.669.616</b>	<b>83.607</b>	<b>(697.682)</b>	<b>14.055.541</b>
Direito de uso de arrendamentos	Consolidado			
	2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	12.840.099	2.491.141	(661.624)	14.669.616
	<b>12.840.099</b>	<b>2.491.141</b>	<b>(661.624)</b>	<b>14.669.616</b>

### 11.2 Passivo de arrendamento

Passivo de arrendamento	Consolidado				
	2024				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	15.765.674	83.607	1.697.981	(2.127.412)	15.419.850
	<b>15.765.674</b>	<b>83.607</b>	<b>1.697.981</b>	<b>(2.127.412)</b>	<b>15.419.850</b>
Circulante	1.892.285				1.895.436
Não circulante	13.873.389				13.524.414

Passivo de arrendamento	Consolidado				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Juros	Pagamentos	
Arrendamento de imóveis	11.771.292	4.596.277	1.592.124	(2.194.019)	15.765.674
	<b>11.771.292</b>	<b>4.596.277</b>	<b>1.592.124</b>	<b>(2.194.019)</b>	<b>15.765.674</b>
Circulante	1.616.487				1.892.285
Não circulante	10.154.805				13.873.389

## 12 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS sobre faturamento	788	8.097	191.497	440.532
COFINS sobre faturamento	4.849	65.004	885.048	1.994.018
Tributos retidos na fonte	177	-	245.735	214.622
ICMS	-	-	-	105.829
ISS	-	-	-	3.016
Tributos sobre receitas financeiras	-	-	-	6.375
	<b>5.814</b>	<b>73.101</b>	<b>1.322.280</b>	<b>2.764.392</b>

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

## 13 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços prestados	8.440	55.836	248.437	1.331.120
Aquisição de imobilizado	-	-	572.918	1.854.720
Serviços de manutenção	-	-	602.190	590.537
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	46.237	37.959
Ressarcimento CCEE (i)	-	-	9.224.178	760.430
Taxas e emolumentos	5.002	-	12.619	46.557
Outros	-	-	-	32.545
	<b>13.441</b>	<b>55.836</b>	<b>10.706.578</b>	<b>4.653.868</b>

- (i) O Ciclo de ressarcimento a CCEE correspondente ao saldo anual e quadrienal para o atendimento do compromisso de entrega de energia no ambiente regulado.

## 14 Empréstimos e financiamentos

Em 11 de julho de 2017, a Companhia assinou o contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 529.039.000, tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2020. O objetivo do empréstimo foi a captação de recursos para construção dos parques solar. Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 3,18% a.a. para os subcréditos A1, A2, B1, B2, C1, C2, D1, D2, E1 e E2 e TJLP para o subcredito A3, com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 14 de março de 2018.

A Companhia possui linha de subcredito específica (A3) vinculada ao crédito principal para investimento em Projetos Sociais na região em que está situado as instalações do Parque Solar.

O valor do principal será amortizado em 216 prestações mensais, com início em 15 de março de 2018 até 15 de março de 2036.

Abaixo, apresentamos as principais características:

### 14.1 Linha de crédito

	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	Consolidado	
				2024	2023
Principal BNDES FINEM	R\$	TJLP+3,18%	2024 a 2036	433.314.089	451.367.306
Juros				1.585.951	1.651.996
Custos de captação				(8.338.052)	(9.215.742)
				<b>426.561.988</b>	<b>443.803.560</b>
Passivo circulante				24.893.379	23.355.144
Passivo não circulante				401.668.609	420.448.416

### 14.2 Movimentação dos empréstimos

<b>Saldo inicial em 01/01/2023</b>	<b>458.190.274</b>	<b>Saldo inicial em 01/01/2024</b>	<b>443.803.560</b>
(+) Juros apropriados	45.044.540	(+) Juros apropriados	42.646.509
(-) Amortização juros	(40.371.971)	(-) Amortização juros	(38.859.056)
(-) Amortização principal	(19.677.161)	(-) Amortização principal	(21.644.935)
(-) Amortização juros projeto social	(136.786)	(-) Amortização juros projeto social	(129.430)
(-) Amortização principal projeto social	(123.026)	(-) Amortização principal projeto social	(132.350)
(-) Custo a amortizar	877.690	(-) Custo a amortizar	877.690
<b>Saldo final em 31/12/2023</b>	<b>443.803.560</b>	<b>Saldo final em 31/12/2024</b>	<b>426.561.988</b>

#### Garantias

Atualmente, o empréstimo conta com penhor de ações, penhor de equipamentos e alienação fiduciária de direitos creditórios.

#### Covenants

A partir de 2019, inclusive, a Companhia e suas controladas precisam manter apuração anual durante toda a vigência do Contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”)

Consolidado a ser verificado através das demonstrações financeiras consolidadas e auditados.

Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I do Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 17.2.0221.1, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Consolidado (“ICSD”) Consolidado para o ano de 2024 foi de 1,41.

Os fluxos de pagamentos futuros não descontados da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

<b>Empréstimos e financiamentos</b>	
2026	62.415.379
2027	63.083.993
2028	63.761.511
2029	64.341.884
2030 - 2036	412.971.964
<b>Total</b>	<b>666.574.731</b>

## 15 Debêntures

Em 15 de agosto de 2018 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Foram emitidas 220.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$ 1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 15 de outubro de 2018.

### 15.1 Linha de crédito

<b>Controladora e Consolidado</b>					
	<b>Moeda</b>	<b>Encargos anuais</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Debêntures – principal	R\$	IPCA+5,7656%	2024 a 2034	173.287.887	184.063.393
Debêntures – juros		-	-	73.255.146	65.635.355
Custos de captação		-	-	(12.824.193)	(14.214.907)
				<b>233.718.840</b>	<b>235.483.841</b>
Passivo circulante				21.070.514	19.431.118
Passivo não circulante				212.648.326	216.052.723

### 15.2 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures encontra-se evidenciada abaixo:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>235.829.307</b>	<b>Saldo inicial em 01/01/2024</b>	<b>235.483.841</b>
(+) Juros apropriados	24.840.257	(+) Juros apropriados	25.357.844
(-) Amortização juros	(16.910.751)	(-) Amortização juros	(17.738.053)
(-) Amortização principal	(9.680.000)	(-) Amortização principal	(10.775.506)
(-) Custo a amortizar	1.405.028	(-) Custo a amortizar	1.390.714
<b>Saldo inicial em 01/01/2023</b>	<b>235.483.841</b>	<b>Saldo final em 31/12/2024</b>	<b>233.718.840</b>

### Garantias

A operação de captação em questão é garantida corporativamente pelas SPEs Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X e por uma fiança bancária emitida pelo IDB.

Os fluxos de pagamentos futuros não descontados da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

	<b>Debêntures</b>
2026	34.084.992
2027	36.937.243
2028	35.734.056
2029	38.922.047
2030 – 2034	262.855.017
<b>Total</b>	<b><u>408.533.355</u></b>

## 16 Patrimônio líquido

### 16.1 Capital social

Em 28 de março de 2024, a EDF EN do Brasil Participações Ltda. e Serena Geração S.A., concluíram a permuta de participações societárias entre si, onde a EDF EN Participações passa ser acionista integral da Companhia.

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 178.892.467, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 178.892.467 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<b>Participação%</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Acionistas</b>			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	178.892.467	89.446.234
Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Ômega Geração S/A)		-	89.446.233
		<b><u>178.892.467</u></b>	<b><u>178.892.467</u></b>

### 16.2 Reserva Legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o valor constituído no exercício é de R\$ 1.134.433 (R\$ 2.106.942 em 2023), totalizando R\$ 2.512.888.

### 16.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia constituiu em reserva para adicionais propostos outros 75% do lucro líquido para que seja aprovado em assembleia.

Em 2024, a Companhia pagou parte dos dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 40.031.903.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2024 é de R\$ 5.388.558 (em 2023 o valor destinado pela Companhia foi de R\$ 10.007.976).

Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	22.688.663	42.138.845
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>22.688.663</b>	<b>42.138.845</b>
(-) Constituição da reserva legal	(1.134.433)	(2.106.942)
<b>(=) Base para a distribuição dos dividendos</b>	<b>21.554.230</b>	<b>40.031.903</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>5.388.558</b>	<b>10.007.976</b>
<b>Dividendos adicionais propostos</b>	<b>16.165.672</b>	<b>30.023.927</b>

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo Inicial	10.007.976	1.928.244
Dividendos mínimos obrigatórios	5.388.558	10.007.976
Dividendos adicionais propostos	30.023.927	5.784.733
Dividendos pagos	(40.031.903)	(7.712.977)
	<b>5.388.558</b>	<b>10.007.976</b>

#### 16.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$ 16.165.672 (R\$30.023.927 em 2023).

## 17 Receitas de vendas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita bruta de vendas de energia	167.268.032	170.141.045
(-) Ressarcimento	(8.773.942)	(811.425)
<b>Receita bruta</b>	<b>158.494.090</b>	<b>169.329.620</b>
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(1.099.725)	(1.105.917)
COFINS	(5.075.654)	(5.104.231)
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>(6.175.379)</b>	<b>(6.210.148)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>152.318.711</b>	<b>163.119.472</b>

- (i) Em 2024, suas controladas registraram uma redução em sua receita líquida devido ao aumento no preço dos contratos de venda de energia com a atualização da inflação e maior geração de energia em relação ao ano anterior.

## 18 Custos das Vendas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Custos operacionais</b>		
Seguros	(1.581.428)	(1.388.515)
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(435.384)	(135.136)
Aquisição de energia elétrica	(650.329)	(49.569)
Outros custos e serviços	(44.310)	-
	<b>(2.711.451)</b>	<b>(1.573.220)</b>
<b>Impostos e taxas</b>		
TUSD	(4.149.083)	(4.341.247)
Taxa de regulamentação	(451.806)	(621.815)
	<b>(4.600.889)</b>	<b>(4.963.062)</b>
<b>Serviços de terceiros</b>		
Serviços de consultoria	(249.674)	(357.260)
Manutenção das instalações	(7.210.778)	(5.904.496)
Serviços de assessoria	(237.796)	(918.558)
Serviços de telecomunicações	(259.003)	-
Outros serviços	-	(117.266)
	<b>(7.957.251)</b>	<b>(7.297.580)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>		
Custo com depreciação	(36.697.586)	(36.246.247)
Custo com depreciação do direito de uso	(697.682)	(661.624)
	<b>(37.395.268)</b>	<b>(36.907.871)</b>
<b>Rateio de custos</b>		
Salários	(2.172.826)	-
Serviços prestados pelo exterior	(607.278)	-
	<b>(2.780.104)</b>	<b>-</b>

**Total dos custos de vendas** (55.444.963) (50.741.733)

- (i) Em 2024 houve um aumento no quadro de colaboradores da Companhia, e consequentemente um aumento nos gastos com pessoal.

## 19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Despesas administrativas</b>				
Despesas legais	(6.406)	-	(116.746)	-
Seguros (Despesas)	(1.051)	-	(6.306)	-
Despesa com amortização	(1.001.964)	(1.001.965)	(1.001.964)	(1.001.965)
Doações e brindes	-	-	(185.122)	(185.488)
Outras despesas administrativas	-	(15.582)	(159.024)	(367.768)
	<b>(1.009.421)</b>	<b>(1.017.547)</b>	<b>(1.469.162)</b>	<b>(1.555.221)</b>
<b>Impostos e taxas</b>				
Multas	(12.020)	-	(296.682)	-
Imposto e taxas diversas	(59.358)	(9.347)	(778.041)	(168.437)
	<b>(71.378)</b>	<b>(9.347)</b>	<b>(1.074.723)</b>	<b>(168.437)</b>
<b>Despesas com serviços prestados</b>				
Honorários de contadores	(33.593)	(30.823)	(201.556)	(198.677)
Serviços de consultoria	(266.373)	(216.666)	(639.584)	(264.900)
Honorários de auditores	(25.320)	(27.231)	(151.919)	(163.388)
Honorários de advogados	-	(8.095)	-	(68.338)
Serviços de vigilância	-	-	(359.624)	(346.819)
Serviços de informática	-	(47.972)	(8.047)	(411.867)
Outros serviços (Despesas)	-	-	(94.666)	-
	<b>(325.286)</b>	<b>(330.787)</b>	<b>(1.455.396)</b>	<b>(1.453.989)</b>
<b>Rateio de despesas</b>				
Outros rateios	-	-	(105.726)	-
Gestão administrativa	-	-	(49.200)	(196.989)
Impostos e taxas diversas	(8.648)	-	(8.648)	-
	<b>(8.648)</b>	-	<b>(163.574)</b>	<b>(196.989)</b>
<b>Outras despesas</b>				
Outras despesas operacionais	-	-	-	(57.900)
	-	-	-	<b>(57.900)</b>
<b>Total das despesas administrativas</b>	<b>(1.414.733)</b>	<b>(1.357.681)</b>	<b>(4.162.855)</b>	<b>(3.432.536)</b>

## 20 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ganho de capital	-	-	-	(91.951)
Outras receitas	-	(18.073)	-	-
Recuperação de despesas	7.418	1.251	330.242	421.081
Outras despesas (receitas)	51.819	-	(47.835)	4.115.532
	<b>59.237</b>	<b>(16.822)</b>	<b>282.407</b>	<b>4.444.662</b>

## 21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	3.219.509	5.309.437	16.778.812	16.386.709
Variações cambiais ativas	-	-	6.469	-
Outras receitas financeiras	-	7	-	2.630
	<b>3.219.509</b>	<b>5.309.444</b>	<b>16.785.281</b>	<b>16.389.339</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros de empréstimos e debentures	(25.357.844)	(24.840.257)	(68.004.383)	(69.884.797)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.697.981)	(1.592.124)
Juros sobre outras operações	(8.986)	-	(179.925)	-
Despesas bancárias	(129.591)	(117.119)	(1.012.627)	(718.233)
Garantias	-	-	(40.000)	-
Despesas com IOF	(139)	-	(16.200)	-
Custos com empréstimos e debêntures	(5.397.713)	(1.405.028)	(6.090.281)	(2.241.869)
Comissão sobre debêntures	-	(4.035.282)	-	(4.035.282)
Tributos sobre receitas financeiras	(149.707)	(246.890)	(149.707)	(246.890)
Variações cambiais passivas	(140)	-	(11.820)	-
Outras despesas financeiras	-	(4.650)	-	(29.395)
	<b>(31.044.120)</b>	<b>(30.649.226)</b>	<b>(77.202.924)</b>	<b>(78.748.590)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(27.824.611)</b>	<b>(25.339.782)</b>	<b>(60.417.643)</b>	<b>(62.359.251)</b>

## 22 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Lucro antes do imposto</b>	22.688.663	38.027.466	32.575.656	46.919.235
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	7.714.145	12.929.339	11.075.723	15.952.541
Resultados de controladas por equivalência	(17.635.382)	(22.006.051)	-	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	9.921.237	9.076.712	9.921.237	9.076.712
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(11.109.966)	(16.137.484)
<b>Encargo fiscal</b>	-	-	9.886.994	8.891.769
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(10.067.577)	(8.902.421)
Despesa com IR e CS diferidos (i)	-	-	180.583	10.652
	-	-	<b>(9.886.994)</b>	<b>(8.891.769)</b>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	30,4%	19,0%

	Consolidado	
	2.024	2023
<b>Imposto por natureza</b>		
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	5.271.017	5.130.994
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	4.610.162	3.766.276
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	186.398	5.151
	<b>10.067.577</b>	<b>8.902.421</b>

## 23 Transações com parte relacionadas

### 23.1 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	247	247	33.038	115.215
Serena Energia S.A.	-	-	-	74.333
Pirapora II Energias Renováveis S/A (i)	-	-	1.228	1.228
Pirapora III Energias Renováveis S/A (i)	-	-	1.228	1.228
Pirapora IV Energias Renováveis S/A (i)	-	-	1.228	1.228
Vazante I Energias Renováveis S/A (ii)	-	-	990	990
Vazante II Energias Renováveis S/A (ii)	-	-	988	988
Vazante III Energias Renováveis S/A (ii)	-	-	988	988
	<b>247</b>	<b>247</b>	<b>39.687</b>	<b>196.198</b>

- (i) Valor a receber refere-se a pagamento de custos compartilhados em consórcio com a Pirapora fase II.
- (ii) Valor a receber refere-se a pagamento de custos compartilhados em consórcio com a Pirapora Fase III.

### 23.2 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pirapora X Energias Renováveis S/A	300.000	-	-	-
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	-	-	2.132.879	626.144
	<b>300.000</b>	<b>-</b>	<b>2.132.879</b>	<b>626.144</b>

- (i) Contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) as Companhias da fase 1 (Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina solar. O rateio de despesas é proporcional à capacidade solar de cada parte. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja estimativa de liquidação será no exercício de 2025.

### 23.3 Dividendos a receber

	Controladora	
	2024	2023
Pirapora V Energias Renováveis S/A	5.638.566	5.451.049
Pirapora VI Energias Renováveis S/A	5.543.455	5.445.497
Pirapora VII Energias Renováveis S/A	5.918.999	5.591.764
Pirapora IX Energias Renováveis S/A	6.064.758	5.903.371
Pirapora X Energias Renováveis S/A	5.747.924	5.703.190
	<b>28.913.704</b>	<b>28.094.871</b>

### 23.4 Dividendos a pagar

	Controladora	
	2024	2023
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	5.388.558	5.003.988
Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Ômega Geração S/A)	-	5.003.988
	<b>5.388.558</b>	<b>10.007.976</b>

## 24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	89.457	32.889	454.914	202.520
Contas a receber	-	-	14.675.502	20.537.406
Contas a receber de partes relacionadas	247	247	39.687	196.198
Dividendos a receber	28.913.704	28.094.871	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	14.459.979	41.452.708	183.326.198	176.749.440
<b>Passivos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	13.441	55.836	10.706.578	4.653.868
Contas a pagar a partes relacionadas	300.000	-	2.132.879	626.144
Empréstimos e financiamentos	-	-	426.561.988	443.803.560
Debêntures a pagar	233.718.840	235.483.841	233.718.840	235.483.841
Dividendos a pagar	5.388.558	10.007.976	5.388.558	10.007.976
Passivo de arrendamento	-	-	15.419.850	15.765.674
Passivo para descomissionamento	-	-	2.007.151	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar - Decorrem diretamente das operações

da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

#### 24.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	89.457	32.889	454.914	202.520
Contas a receber	-	-	14.675.502	20.537.406
Contas a receber de partes relacionadas	247	247	39.687	196.198
Dividendos a receber	28.913.704	28.094.871	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	14.459.979	41.452.708	183.326.198	176.749.440

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa), com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

#### 24.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia entende que não há risco significativo atrelado as taxas de juros e a exposição está máxima está evidenciada na tabela demonstrada abaixo.

#### 24.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir

com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	<b>Controladora</b>			
	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>
Contas a pagar	13.441	-	55.836	-
Contas a pagar a Partes relacionadas	300.000	-	-	-
Debêntures a pagar	30.779.099	408.533.355	28.408.028	430.538.332
Dividendos a pagar	5.388.558	-	10.007.976	-
	<b>36.481.098</b>	<b>408.533.355</b>	<b>38.471.840</b>	<b>430.538.332</b>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>
Contas a pagar	10.706.578	-	4.653.868	-
Contas a pagar a partes relacionadas	2.132.879	-	626.144	-
Empréstimos e financiamentos	61.357.207	666.574.731	60.696.664	689.487.396
Debêntures a pagar	30.779.099	408.533.355	28.408.028	430.538.332
Dividendos a pagar	5.388.558	-	10.007.976	-
Passivo de arrendamento	2.127.412	44.675.652	2.194.019	48.268.418
Passivo para descomissionamento	-	2.007.151	-	-
	<b>112.491.733</b>	<b>1.121.790.889</b>	<b>106.586.699</b>	<b>1.168.294.146</b>

#### 24.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

#### 24.5 Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração solar e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

##### *Análise de sensibilidade*

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo

financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2024, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2024, publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2024, com um valor definido de 4,83% a.a. sendo estas definidas como cenário provável a partir, desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo o resultado:

Operação	Saldo de Financiamento		Juros Projetados para 2025		
	2024	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
<b>Passivos financeiros</b>					
BNDES	426.561.988	TJLP	48.477.900	57.627.797	66.776.305
DEBENTURES	233.718.840	IPCA	26.478.269	29.720.305	32.997.671

## 25 Compromissos assumidos

### 25.1 Contratos de venda de energia

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

	P5		P6		
	2025	2026-2037	2025	2026-2037	
ACR	Volume [MWh]	73.584	883.613	73.584	883.613
	Preço [R\$/MWh]	491	491	482	482
	Subtotal [R\$]	36.113.699	433.661.211	35.449.789	425.688.839
<b>Total [R\$]</b>	<b>36.113.699</b>	<b>433.661.211</b>	<b>35.449.789</b>	<b>425.688.839</b>	
	P7		P9		
	2025	2026-2037	2025	2026-2037	
ACR	Volume [MWh]	73.584	883.613	73.584	883.613
	Preço [R\$/MWh]	486	486	486	486
	Subtotal [R\$]	35.754.889	429.352.547	35.754.889	429.352.547
<b>Total [R\$]</b>	<b>35.754.889</b>	<b>429.352.547</b>	<b>35.754.889</b>	<b>429.352.547</b>	
	P10				
	2025	2026-2037			
ACR	Volume [MWh]	73.584	883.613		
	Preço [R\$/MWh]	482	482		
	Subtotal [R\$]	35.449.789	425.688.839		
<b>Total [R\$]</b>	<b>35.449.789</b>	<b>425.688.839</b>			

## 26 Seguros

As Companhia mantêm apólices de seguro contratado junto a seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

### ***Seguro Responsabilidade Civil Geral***

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

<b>Coberturas</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245

### ***Seguro Riscos Nomeados e Operacionais***

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 3.208.530.354 tendo como vigência o período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

<b>Coberturas</b>	<b>Importância seguradas</b>
Lucro cessantes e danos materiais	R\$ 3.208.530.354

## Certificate Of Completion

Envelope Id: 3B8D36A3-DBB6-4757-81CB-5F7C751D3DF7  
 Subject: Complete with Docusign: DF's\_Pirapora I Solar Holding\_Dez\_2024.pdf  
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)  
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables  
 Source Envelope:  
 Document Pages: 51  
 Certificate Pages: 2  
 AutoNav: Enabled  
 Envelopeld Stamping: Enabled  
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed  
 Envelope Originator:  
 Felipe Azevedo  
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º  
 andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai  
 São Paulo, São Paulo 04538-132  
 felipe.azevedo@pwc.com  
 IP Address: 134.238.159.50

## Record Tracking

Status: Original 28 March 2025   17:45	Holder: Felipe Azevedo felipe.azevedo@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 28 March 2025   18:36	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

## Signer Events

Patrício Marques Roche  
 patricio.roche@pwc.com  
 Sócio  
 PwC BR  
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

## Signature

DocuSigned by:  
  
 AA780542972D492...  
 Signature Adoption: Drawn on Device  
 Using IP Address: 134.238.160.200

## Timestamp

Sent: 28 March 2025 | 17:48  
 Viewed: 28 March 2025 | 18:35  
 Signed: 28 March 2025 | 18:36

### Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card  
 Signature Issuer: AC SyngularID Multipla

**Electronic Record and Signature Disclosure:**  
 Not Offered via Docusign

## In Person Signer Events

## Signature

## Timestamp

## Editor Delivery Events

## Status

## Timestamp

## Agent Delivery Events

## Status

## Timestamp

## Intermediary Delivery Events

## Status

## Timestamp

## Certified Delivery Events

## Status

## Timestamp

## Carbon Copy Events

## Status

## Timestamp

Felipe Azevedo  
 felipe.azevedo@pwc.com  
 PwC BR  
 Security Level: Email, Account Authentication (None)  
**Electronic Record and Signature Disclosure:**  
 Not Offered via Docusign

**COPIED**

Sent: 28 March 2025 | 18:36  
 Viewed: 28 March 2025 | 18:36  
 Signed: 28 March 2025 | 18:36

## Witness Events

## Signature

## Timestamp

## Notary Events

## Signature

## Timestamp

<b>Envelope Summary Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	28 March 2025   17:48
Certified Delivered	Security Checked	28 March 2025   18:35
Signing Complete	Security Checked	28 March 2025   18:36
Completed	Security Checked	28 March 2025   18:36

<b>Payment Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
-----------------------	---------------	-------------------